# Jornal da OAB

SUBSEÇÃO LONDRINA

# Agosto/Setembro21



# SEMANA DA PAZ EM CASA EVIDENCIA O PAPEL DA REDE DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Especialistas falam do voto impresso e suas implicações em evento da Subseção Comissão cupido: núcleo jovem já formou diversos casais Comissão de Direito Agrário e Agronegócio completa três anos de atividade

PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU EM DIREITO



inscrições segundo semestre

- . Direito do Estado
- Constitucional Administrativo Tributari
- Direito Civil e Processo Civil
- Direito Empresarial Aplicado a Era Digital
- Direito Previdenciário
- . Direito e Processo Penal
- . Direito de Familia e Sucessões
- Filosofia Politica
   e Jurídica

mais

inscrições pelo site: www.uel.br/proppg/portalnovo

mais informações: (43) 3371-4315 ou www.uel.br/secpos/cesa

TRADIÇÃO E EXCELÊNCIA NO ENSINO DE DIREITO

Corpo Docente: Professores Doutores, Mestres e Especialistas da UEL/UFPR/UFMG/PUC-SP/UFSC/FGV-SP

# RECEBA AS NOTÍCIAS NO APLICATIVO GRATUITAMENTE





HTTPS://BIT.LY/OAB-LONDRINA-TELEGRAM



# DIRETORIA GESTÃO 2019/2021



- Presidente

Vânia Regina Silveira Queiroz

- **Vice-Presidente** Mário Sérgio Dias Xavier

- **Secretária-Geral** Edmeire Aoki Sugeta

- Secretário-Adjunto José Carlos Mancini Júnior

- **Tesoureiro** Fabiano Nakamoto

- Diretor de Prerrogativas Geovanei Leal Bandeira

- Conselho Federal Artur Piancastelli

- Conselho Estadual Eliton Araujo Carneiro Elizandro Pellin José Carlos Vieira Leidiane Cintya Azeredo Sania Stefani

#### Caixa de Assistência

Fabiano Augusto Piazza Baracat - Presidente Nelson Sayun Junior - Vice-Presidente

#### **EXPEDIENTE**

Boletim Infomativo da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Londrina/PR R. Parigot de Souza, 311 - CEP. 86010-904

Londrina/PR - (43) 3294 5900 - londrina@oabpr.org.br Conselho Editorial: Vânia Queiroz e Edmeire Aoki Sugeta

Redação e Edição: Máxima Comunicação

Jornalista Responsável: Benê Bianchi (MTb 2621) - (43) 3339 7199

Fotografia: Jonas Pereira

**Projeto Gráfico:** Boletim Informativo Comunicação Institucional

Comercialização e Diagramação:

Boletim Informativo Comunicação Institucional

(41) 3668-8127/99178-9213 - comercial@boletim.jor.br - www.boletim.jor.br

Tiragem: 8.034 eletronicamente. Distribuição dirigida e gratuita.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus subscritores.

# Matérias em destaque:



05/06

Novas regras
sobre publicidade
e a informação
na Advocacia

ÍNDICE



18

Conferência da OAB Paraná



Para ter acesso ao Jornal, basta apontar a câmera do seu celular ou o leitor de QR Code para esta imagem



# PÚBLICO DIRECIONADO E SEGMENTADO



# **DIVULGUE**

SUA EMPRESA EM NOSSO CANAL DO TELEGRAM DA OAB LONDRINA

MAIS INFORMAÇÕES: Q 41. 99178-9213



ossa Diretoria e comissões continuam trabalhando arduamente para trazer informações e debates de alta qualidade à nossa advocacia. Entre o final de julho e durante todo o mês de agosto, foram muitos os eventos realizados, on -line ou de forma híbrida, respeitando ainda o momento pandêmico que continua exigindo cuidados.

Nesse período, destacamos o excelente debate que a comissão eleitoral proporcionou sobre o voto impresso, assunto de grande destaque nacio-

nalmente. Também foram debatidas as novas regras de publicidade na advocacia, outro assunto de grande interesse geral e que é tema do artigo dessa edição, trazendo mais informações para os profissionais.

A diretoria agradece a todas as comissões que vêm trabalhando incansavelmente e mantendo a mesma garra que teriam caso os eventos pudessem ser presenciais. E aproveita também para parabenizar a comissão de Direito Agrário e do Agronegócio, que completou três anos e que, nesse período empenhou-se com excelência no tema para a advocacia de Londrina e região e para todos que indiretamente atuam nessa área.

E, para finalizar, essa edição traz uma entrevista com a presidente Vânia Queiroz, que faz uma análise de sua gestão, que entra em sua reta final. Teremos eleições em novembro. As regras estão sendo definidas e em breve serão anunciadas pela Seccional.

A diretoria

### Prezados advogados e advogadas,

A **OAB-Londrina** vem trabalhando incansavelmente em várias frentes e uma delas é levar o máximo de informações sobre a área e as ações da entidade a todos os profissionais inscritos na Subseção.

Para isso, tem feito investimentos em vários canais: possui site, mantém um jornal digital mensal, tem canal no Youtube, está presente no Instagram e no Facebook, tem um canal de notícias no Telegram; envia e-mail marketing por e-mail e, ainda, praticamente, todas as nossas comissões têm mídia social.

O mundo já não é mais o mesmo e as mudanças ocorreram rapidamente. Inúmeras delas. Essas mudanças também nos impuseram novos hábitos, entre eles, o hábito da leitura.

Se antes as notícias chegavam até nós por meio de um jornal, informativo, boletim, revista etc - todos produtos impressos -, e nos lembravam o tempo todo de sua existência, hoje, os novos tempos exigem que nos tornemos "leitores ativos", ou seja: precisamos acessá-las.

### ACESSE NOSSOS CANAIS E SE MANTENHA INFORMADO!

Uma boa leitura a todos!

















# Novas regras sobre publicidade e a informação na advocacia

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil editou o Provimento nº. 205/2021 dispondo sobre a publicidade e a informação na advocacia, superando o já vetusto Provimento nº. 94/2000 que definia publicidade, propaganda e a informação da advocacia. O objetivo do instrumento normativo consistiu na atualização do assunto frente à nova realidade da advocacia brasileira, em especial pela criação de diversos mecanismos tecnológicos (ambientes digitais) que causavam preo-

cupação aos advogados acerca dos limites da legislação vigente, com possíveis repercussões nos órgãos disciplinares (infrações ético/disciplinares).

A publicidade profissional do advogado deve ser sempre pautada no caráter informativo e orientada pela discrição e sobriedade, vedando-se, em absoluto, qualquer caráter de

captação ou mercantilização. Trata-se de diretriz fixada pela norma que guiará toda a postura do profissional no seio da publicidade.

Além disso, o art. 2º do Código de Ética e Disciplina afirma que são deveres do advogado preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, além de velar por sua reputação pessoal e profissional, de modo que a publicidade também precisa se nortear nos mencionados deveres. O Provimento nº. 205/2021 trouxe vários avanços quanto

à publicidade e informação da advocacia, de modo que alguns destaques merecem ser apontados, tendo em vista a importância da recém-criada normativa para a advocacia.

A nova regra aponta distinções importantes como: marketing jurídico; marketing de conteúdos jurídicos; publicidade; publicidade profissional; publicidade de conteúdos jurídicos; publicidade ativa e passiva; e, por fim, captação de clientela. Os conceitos trazidos ali são relevantes para a correta compreensão das permis-

sões e vedações ao longo dos dispositivos subsequentes (art. 2º).

Reafirma-se que a publicidade deve ter caráter informativo e ter sobriedade, na linha do que já é proposto pelo CEDOAB, que é entendida como tornar público o perfil profissional e as atividades profissionais, sem incentivar o litígio em qualquer esfera, contratação ou promoção pessoal. A seguir, são





elencadas proibições aos profissionais como referências a valores de honorários, forma de pagamento, gratuidade ou descontos de preços. Além disso, veda-se a divulgação de informações que possam induzir em erro ou que cause dano a clientes, além de não permitir a divulgação de especialidades para as quais o advogado não possua título certificado ou atestado de notória especializacão (art. 3º).

Autorizou-se o marketing de conteúdos jurídicos com o uso de publicidade ativa e passiva, conforme os conceitos expressados anteriormente. Ademais, consentiu-se com a divulgação de imagem, vídeo ou áudio da atuação profissional, algo que tem sido recorrente em redes sociais pelos advogados, desde que não existam referências ou menções a decisões judiciais ou resultados de quaisquer natureza, ressalvada manifestação espontânea pela mídia. Ademais, houve a extensão do conceito de e-mail que passa ser entendido como todos os dados de contato e meios de comunicação do escritório ou advogado, inclusive os sites, redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas (art. 4º).

A publicidade profissional pode ser realizada mediante anúncios, pagos ou não, por meio dos meios de comunicação que não estão vedados pelo art. 40 do CEDOAB, permitindo-se, portanto, o emprego das redes sociais. Por outro lado, não é

permitido o pagamento, patrocínio ou efetivação de qualquer despesa para aparição em rankings, prêmios ou qualquer espécie de honraria, que vise destacar ou eleger profissionais como detentores de destaque (art. 5º).

Um dos pontos que merece destaque é a proibição na publicidade ativa de qualquer informação relativa à dimensão, qualidade ou estrutura do escritório e a menção à promessa de resultados ou casos concretos para atuação profissional. Da mesma forma, vedou-se de forma peremptória em qualquer publicidade a ostentação de bens relativos ao exercício da profissão ou não, como veículos, viagens, hospedagens e bens de consumo, prática, infelizmente, que tem sido recorrente na advocacia, em especial por meio das redes sociais (art. 6º).

Os serviços advocatícios não podem ser vinculados com outras atividades, no entanto, atento às novas formas de funcionamento das atividades, a advocacia pode ser exercida em locais compartilhados (coworking), sendo vedada, ainda assim, a divulgação da advocacia com outra atividade (art. 8º).

O Anexo Único do Provimento ainda traz detalhes quanto aos Anuários, somente admissíveis com a divulgação da metodologia e os critérios de pesquisa para ranquear o advogado ou os escritórios.

São autorizadas as ferramentas de aquisição de palavra-chave (p.ex. Google Ads), chatbot, ferramentas tecnológicas para auxiliar os advogados, presença em redes sociais e lives nas redes sociais e Youtube etc., contendo detalhes a respeito da atuação profissional e suas novas formas, desde que possua caráter informativo e sobriedade.

Diante disso, observa-se que há avanço na atualização do Provimento 205/2021, porque diversas formas de publicidade disponíveis aos advogados, a partir dos incontáveis recursos tecnológicos, sujeitavam-se a regramentos nebulosos ou incertos, causando insegurança jurídica quanto aos aspectos legais. A atualização das regras da publicidade e a informação da advocacia é medida de extrema importância para toda a classe, definindo os limites do que é autorizado e vedado aos profissionais, cabendo, em seguida, aos Tribunais de Ética e Disciplina, Conselhos Seccionais e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil fixarem os limites interpretativos dos novos dispositivos à luz de casos concretos.

Portanto, com a entrada em vigor do Provimento em meados de agosto, impõe a advocacia conhecer e se preparar para as novas orientações emitidas pelo órgão de classe, com o objetivo de se concretizar a publicidade profissional, respeitando-se a dignidade da advocacia diante da sua importância no contexto constitucional e legal.



RAFAEL
JUNIOR SOARES

Doutorando em Direito pela PUC/PR. Advogado. Professor na PUC/PR. Membro do Tribunal de Ética da OAB/PR (7ª Turma).

# Os 15 anos da Lei Maria da Penha sob o ponto de vista jurídico e da psicanálise

s 15 anos da criação da Lei Maria da Penha ganhou um momento especial na OAB-Londrina, no dia 19 de agosto. A Subseção sediou o evento Semana da Paz em Casa, discutindo os "15 anos da Lei Maria da Penha: uma análise do Poder Judiciário e da Psicanálise". A realização foi de forma híbrida e envolveu a Comissão da Mulher Advogada; TJPR, Numape (Núcleo Maria da Penha), Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e movimento Nós do Poder Rosa.

Duas palestrantes expuseram conteúdos importantes e atualizados sobre a lei e sua aplicabilidade nos dias atuais: Ana Lúcia Lourenço, desembargadora e coordenadora da Cevid – TJPR (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar); e a psicanalista Gabriela Lein, com mediação da Presidente da OAB Londrina Vânia Queiroz, da advogada e coordenadora do Numape, Claudete Canezin; e da juíza do 2º Juizado Violência Doméstica Londrina.

Compuseram a mesa, a presidente da Subseção-Londrina, Vânia Queiroz; a vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada, Mônica Aquino, presidente do Conselho Municipal da Mulher, Rosalina Batista; a coordenadora do Numape, Claudete Canezin, a vice-presidente do movimento Nós do Poder Rosa, Érica Chagas; a gerente do Centro de Atendimento à Mulher, Fernanda de Melo Nogueira.

A Lei Maria da Penha trouxe muitos avanços que proporcionam o combate mais efetivo à violência contra a mulher. Continua em evolução, agregando novos mecanismos de proteção, mas tem um aspecto relevante: a rede criada por entidades, instituições e sociedade civil, garantindo sua efetividade. "O engajamento das forças presentes nesse evento faz toda a diferença no combate à violência contra a mulher. Infelizmente, temos muito a caminhar para alcançar a paz nos lares de nosso país", comentou Vânia Queiroz, ativista dos direitos das mulheres e uma das profissionais que acompanharam toda a discussão e implementação da lei em Londrina.

Mônica Aquino, em nome da comissão, deu as boas-vindas aos participantes do evento e destacou a importância de se continuar discutindo o tema, diante da realidade brasileira.



A criação da Lei foi contextualizada pela desembargadora Ana Lúcia Lourenço, que passou dados atualizados sobre o problema da violência doméstica no Paraná, Estado com mais de 104 mil ações referentes ao tema em andamento. Ela destacou, entre os vários aspectos levantados em sua fala, o papel do judiciário em campanhas educativas, além de elencar grande parte das iniciativas para proteger as vítimas de violência doméstica. "Mas a melhor forma de prevenção da violência contra a mulher está na educação", sentenciou.

A psicanalista Gabriela Lain abriu sua fala com a frase: "Em briga de marido e mulher, a gente salva a mulher". Ela mencionou o contexto histórico que reforça a condição da muIher e as dificuldades de sair de uma situação de violência. "Em muitos casos, a violência é naturalizada, porque a mesma mão que cuida, agride". A mulher que foi vítima de violência na infância por seus cuidadores (pais, mães) acaba achando normal apanhar também do marido, do companheiro, avalia a psicanalista. Segundo ela, quando entendem essa dinâmica e tendo o respaldo da lei e de redes de proteção, as mulheres se sentem mais seguras para sair desse ciclo.

O evento completo ainda pode ser conferido no canal da OAB -Londrina no YouTube (https://www.youtube.com/watch?-v=5WshDDDtM5A).





O engajamento
das forças presentes
nesse evento faz
toda a diferença no
combate à violência
contra a mulher





# Comissões em ação/@AB em movimento



### ADVOCACIA E PUBLICIDADE

A OAB-Subseção Londrina debateu os "Novos rumos da advocacia e novas regras sobre publicidade", com os palestrantes Débora Normanton Sombrio, vice-presidente da Comissão da Advocacia Criminal da OAB-PR e subprocuradora-geral da OAB de 2006 a 2016; e Rafael Júnior Sores, doutorando em Direito Penal pela PUC/PR e conselheiro do TED da OABPR. O encontro foi no dia 4 de agosto.



A Comissão dos Advogados Trabalhistas da OAB-Londrina recebeu a juíza do Trabalho titular da Vara de Rolândia, Patrícia Benetti Cravo, em sua reunião virtual no dia 9 de agosto, para um bate-papo sobre "Provas Digitais". A comissão é coordenada pelo advogado Diogo Brochard Menoncin.

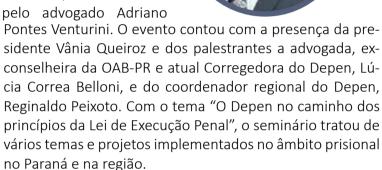
### O IMPACTO DA LGPD NAS RELAÇÕES DE TRABALHO



Dois convidados da comissão de Compliance da OAB-Londrina — Verissa Coelho Cabral Pieroni e Raphael Miziara — abordaram "O impacto da Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho" em reunião realizada dia 20 de agosto. A comissão é coordenada pela advogada Annelysa Carla Azevedo.O evento teve como debatedoras as advogadas Annelysa Azevedo e Bruna Delalibera.

### DEPEN E OS PRINCÍPIOS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

No dia 5 de agosto, foi realizado pela OAB-Londrina o Seminário dos Estabelecimentos Prisionais, por meio da Comissão de Estabelecimentos Prisionais, coordenada pelo advogado Adriano



### PALESTRA COM COORDENADOR DO CEJUSC DE 2º GRAU

O desembargador e coordenador do CEJUSC de 2º Grau, Eliázer Antônio de Medeiros, foi o convidado para palestrar na

reunião da comissão de Direito do Trabalho da OAB-Londrina, coordenada pelo advogado Diogo Brochard Menocin, no dia 16 de agosto. O desembargador falou sobre "Conciliação/mediação no âmbito da Justiça do Trabalho".



# Aberto prazo para submissão de artigos para a revista da PGM-Londrina

A Coordenação da Revista de Direito Público da Procuradoria-Geral do Município de Londrina (ISSN 2317-4188) comunica que se encontra aberto o prazo para o recebimento de artigos para publicação do 10º volume – número 02 do periódico (2021), disponível em versão eletrônica (http://www.aprolon.com.br/pkp/ojs/index.php/rdp-pgmlondrina).

Os artigos poderão ser encaminhados até 30 de novembro de 2021. A submissão dos artigos será realizada por meio do seguinte e-mail: (revista@aprolon.com.br).

As diretrizes para a submissão de artigos também estão disponíveis no endereço: https://sites.google.com/site/revistadireitopublico/home/normas-depublicacao.

O público alvo são professores, pesquisadores e acadêmicos de graduação ou pós-graduação em Direito.





A OAB-Londrina realizou a reunião inaugural da comissão de Processo Civil no dia 17 de agosto, recebendo a palestra do Dr. Jose Miguel Garcia

Medina sobre o "Recurso extraordinário e processo constitucional. A comissão foi criada no mês de julho e tem na coordenação o advogado Bruno Fuga; como vice-coordenador, Flávio Pierobon; e na secretaria, Thiago Caversan Antunes. O objetivo inicial da Comissão é debater temas ligados ao processo constitucional, em especial acompanhar os trabalhos da comissão de Juristas responsável pela criação do "Código de Processo Constitucional". Os juristas responsáveis pela Comissão são: Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues (vice-presidente), Ingo Wolfgang Sarlet (relator); Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (secretário), André Ramos Tavares, Bruno Dantas, Clèmerson Merlin Clève, Daniel Antônio de Moraes Sarmento, Flávia Cristina Piovesan, Georges Abboud, Henrique de Almeida Ávila, Lenio Luiz Streck, Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, Luís Felipe Salomão, Luiz Guilherme Marinoni, Marco Félix Jobim, Marcus Vinícius Furtado Coelho, Mauro Campbell Marques, Monica Herman Salem Caggiano, Paulo Gustavo Gonet Branco, Renato Gugliano Herani, Soraya Lunardi, Teresa Arruda Alvim e Victor Oliveira Fernandes.

A Comissão de Processo Constitucional da OAB de Londrina além do primeiro convidado José Miguel Garcia Medina pretende convidar vários juristas para palestrar na Comissão da OAB. E já tem uma programação para este ano. Acompanhe:

- Ingo Wolfgang Sarlet (relator). 23/set. Tema: Uma possibilidade e o controle por omissão e seus limites.
  - Marco Félix Jobim. 26/out. Tema: O devido processo constitucional
- Luiz Guilherme Marinoni. 09/nov. Tema: Técnicas processuais para o uso democrático do poder de não decidir.
- Georges Abboud. 07/dez. Tema: Desafios para a sistematização do processo constitucional brasileiro

Todas as reuniões serão pelo zoom, com previsão de início 18 horas e término 19 horas. Os interessados em fazer parte da comissão devem mandar e-mail para brunofuga@brunofuga.adv.br, com seus respectivos dados, em especial celular para ser adicionado ao grupo de whats.

### "INFLUÊNCIAS DAS **PLATAFORMAS DIGITAIS NO DIREITO DO TRABALHO"**

No dia 23 de agosto, a comissão dos Advogados Trabalhistas da OAB-Londrina, coordenada por Diogo Menoncin, re-

cebeu, virtualmente, Lourival Barão Marques Filho, doutorando e mestre em direito pela PUC/PR; coordenador e professor da Escola da Magistratura Trabalhista do Paraná e juiz titular da 18ª Vara do Trabalho de Curitiba, além de coordenador do Cejusc de Curitiba. Ele falou sobre as "Influências das plataformas digitais no direito do trabalho".

### REUNIÃO PREVIDENCIÁRIO

Membros da comissão de Direito Previdenciário da OAB-Londrina, coordenada por Alex Brito dos Santos, se reuniram com a vereadora Lenir de Assis, presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara Municipal de Londrina. O objetivo da reunião foi amplificar no meio político as dificuldades com a desestruturação e defasagem na reposição de servidores do INSS, especialmente os APS. Estiveram pre-



sentes, além do advogado Alex, também as advogadas membros da comissão Marcella Cardoso Prado, Milena Scheller SSeki e Ismeria Mendes da Silva Souza.

### **GESTÃO DE LEITOS HOSPITALARES**

A enfermeira Vivian Biazon El Reda Feijó, diretora superintendente do Hos-

pital Universitário de Londrina (HU) e doutora na área da Saúde, fez uma exposição sobre Gestão de Leitos Hospitalares na reunião da comissão de Direito de Saúde da OAB-Londrina, no dia 24 de agosto. A comissão é coordenada por Vaine Pizolotto.

# **Anuncie** em nossas mídias



✓ Jornal Digital ✓ Telegram **✓** Banner Site/Informe

Solicite nossa proposta:

# **CERTIFICADO DIGITAL**

Utilize o seu e - CPF na nuvem e assine documentos pelo celular ou computador de onde estiver

- Não precisa mais carregar mídias físicas
- Consulte o histórico das suas assinaturas







# PERÍODO FOI DESAFIADOR, mas de ajustes rápidos e certeiros

á poucos meses de "passar o bastão" à próxima diretoria, a presidente da OAB-Londrina, Vânia Queiroz, faz um balanço do que foi possível realizar nesses últimos anos, marcados por momentos de adaptações e ajustes rápidos, provocados por uma crise sanitária nunca vista pelas gerações atuais.

Considerando todos os obstáculos que surgiram, a diretoria da Subseção entende que sua atuação precisou ser ainda mais precisa e estar presente – mesmo à distância – atendendo a todos os problemas e necessidades dos advogados, o que foi um grande desafio, mas a entidade não poupou esforços para responder à altura as demandas da advocacia.

# Confira a entrevista com Vânia Queiroz:

### A atual gestão entra na reta final. Como foi dirigir a Subseção num período de pandemia e com tantas restrições?

Nesta gestão enfrentamos o desafio e a surpresa da pandemia da Covid19, com a necessidade de nos adequarmos com agilidade na busca de soluções para os problemas decorrentes do isolamento e novas medidas editadas pelo Poder Público e pelo Poder Judiciário. Com o fechamento dos Fóruns e a suspensão de atendimentos presenciais que foram sendo adaptados ao atendimento à distância, passamos por momentos cruciais e difíceis para vencer muitos obstáculos diários e hoje vemos com satisfação que os trabalhos da OAB-PR e da Subseção ajudaram a advocacia a ultrapassar o grande desafio e adaptar-se ao novo momento.

Como foi a "virada de chave" para adaptar ao mundo virtual tantos projetos desenhados para serem pre-

#### senciais?

A pandemia da Coronavirus alterou o status quo do mundo pelos reflexos da crise da saúde. Não podemos afirmar que as coisas voltarão a ser como antes, a própria sociedade passou a pensar e agir de forma diferente e o mundo virtual se sobrepôs ao presencial. Neste contexto tivemos que adaptar os projetos iniciais que seriam presenciais, para que as atividades não deixassem de ser realizadas e a advocacia não ficasse estagnada ou prejudicada.

### Do programa definido para o período de 2020-2022, o que foi possível efetivar?

O nosso programa foi adaptado e realizado, para isso lançamos mão de várias plataformas e canais virtuais, realizando inúmeros eventos, compromissos de novos advogados, reuniões da diretoria, comissões, sessões do Conselho, cursos, palestras, lives, congressos, simpósios, workshop,



etc. tudo isso adaptado ao formato virtual, em que o uso da tecnologia ajudou com maior desembaraço a trazer palestrantes que outrora tinham dificuldades em sua agenda para vir a Londrina. Conseguimos realizar cursos locais a exemplo do Curso de Formação Política; ampliar os Cursos da ESA, que a pedido da Subseção passaram a ser ofertados sem custos aos advogados e com vasta programação, o que nos tempos da pandemia elevou o acesso e o aprimoramento dos advogados.

# Dentro das expectativas da gestão, o que a diretoria entende que teve bons resultados?

A pandemia provocou uma sacudidela no formato do trabalho, mas conseguimos nos superar rapidamente com excelentes resultados creditados ao empenho, união e comprometimento da diretoria, Conselho, comissões e dos colaboradores, que seguiram trabalhando fortemente. Os atendimentos aos advogados na Subseção passaram a ser feito on-line e mediante agendamento para evitar o contágio; e na área de eventos realizamos 31 grandes eventos no período da pandemia entre abril/2020 e agosto/2021 em contraposição ao período antes da pandemia em que realizamos 16 grandes eventos presenciais, entre fevereiro de 2019 a março de 2020. Veja-se que no período pandêmico fizemos a transmissão on-line de eventos que atingiram mais de 1.000 advogados conectados. Conseguimos, neste período, excelentes palestrantes locais, nacionais e internacionais, o que mostra a proeminência e o destaque da advocacia londrinense.

# Quais medidas adotadas ou mudanças feitas que impactaram a advocacia de Londrina e região?

Foram muitas mudanças. Podemos listar rapidamente as mais impactantes como a necessidade de manter diálogo permanente com os órgãos do Poder Judiciário e instituições essenciais à advocacia como o INSS, para que a advocacia permanecesse ativa em exercício no cumprimento de seu mister sem maiores prejuízos aos jurisdicionados e aos advogados neste longo período de isolamento.

Criar canais de comunicação entre os advogados e Judiciário e órgãos afins como o Ministério Público, INSS, Fazenda Pública, órgãos registrais, Poder Público, dentre ou-

tros que exigiram da Ordem grande esforço para delinearmos as facilitações atuais.

Outro grande impacto para a advocacia de Londrina e região foi o formato das audiências que passaram de presenciais a virtuais em plataformas variadas adotadas pela justiça, o que a princípio trouxe grande inquietação aos advogados e advogadas, e neste aspecto dialogamos com cada Tribunal e Fóruns regionais, e realizamos lives com todas as áreas da justiça, com esclarecimentos e instruções nesta novel adaptação.

Nesse período, a Ordem também registrou um número significativo de novos inscritos, não? Como foi receber esses novos advogados e advogados precisando cumprir regras de distanciamento social?

Houve um aumento significativo de novos advogados inscritos no Paraná. Tínhamos 102 mil advogados inscritos até 10/03/2020 e atingimos 107.900 inscritos até 10 de agosto de 2021, um aumento significativo num período de tantas restrições pela crise de saúde. Estes novos advogados foram muito bem recebidos nos quadros da OAB-PR em sessões virtuais coletivas organizadas pela entidade e, como presidente da Subseção de Londrina, participei de inúmeros compromissos, sempre prestigiada com discursos e saudações aos novos advogados do Paraná.

Além de Londrina, a Subseção tem outras 16 comarcas sob sua jurisdição. Como foi o olhar da atual gestão para essas co-

### marcas? Que avanços foram possíveis?

As 16 comarcas integrantes da Subseção de Londrina tiveram atenção redobrada pela atual gestão em que realizamos as "Caravanas de Prerrogativas" para levar a valorização e prerrogativas dos advogados além das caravanas "Paraná Total", que percorreram todas as comarcas com a diretoria de Londrina e da Seccional Paraná. oportunidade em que pudemos ouvir os advogados e advogadas e extrair problemas e sugestões levando soluções, mudanças e melhorias consideráveis a cada uma delas, com a melhorias das salas dos advogados, construção de novos parlatórios para atuação dos advogados criminalistas, em Cambé, Ibiporá, Jaguapitã, Porecatu e Rolândia, no intuito de consagrar maior dignidade aos advogados.

Durante a pandemia, muita coisa mudou em relação à rotina junto ao Judiciário. Como foi a adaptação da classe? O que a OAB pode fazer para colaborar? E como a advocacia se manifestou diante de tantas mudanças?

A rotina do Judiciário teve que ser adaptada pelo distanciamento exigido pelas medidas sanitárias. Para o atendimento dos advogados a OAB solicitou prontamente a abertura de canais de comunicação onde os advogados pudessem falar diretamente com Cartórios, Secretarias, magistrados, promotores, e assessores para viabilizar questões necessárias e urgentes. Mesmo assim ainda teremos mui-



# SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL ADVOGADO

Assegure a tranquilidade necessária para exercer sua atividade com excelência!



(43) 3327-3000

Q (43) 99144-7834

□ rcprofissional@londonseq.com.br

www.londonseg.com.br

Av. Maringá, 2.300 - Londrina - PR

to a transpor neste aspecto, pois os entraves que permeiam a rotina diária do advogado exigem a intervenção permanente da nossa instituição.

A pandemia veio a reforçar a importância do advogado como função essencial a aplicação da justiça, com atividades remotas no judiciário, a intervenção da Subseção passou a ser continua para ajudar na solução dos problemas, como audiências de custódia remotas com chamamentos dos advogados dativos através de delegacias, audiências de instrução na Justiça do Trabalho as mais difíceis de serem acolhidas pela insegurança na prova virtual, tudo foi sendo aprimorado para trazer segurança aos advogados e partes.

Tivemos no meio dessa crise a conquista de alguns benefícios a exemplo da participação dos advogados nas sessões de julgamentos nos tribunais regionais e superiores, o que resultou numa medida facilitadora para os advogados do interior, que passaram a acompanhar a distância ou fazer sustentação oral nos seus recursos sem os deslocamentos, o que desonerou e trouxe economia de tempo aos advogados.

Também trabalhamos muito para obter o benefício dos alvarás eletrônicos para os advogados, com prioridade de tramitação e crédito diretamente na conta bancária indicada pelos advogados, fruto do intenso trabalho da Ordem, que veio a agregar tramites positivos para a advocacia, o que deverá permanecer como uma grande conquista da OABPR e de Londrina.

A Subseção, além de tantas adaptações para atender a advocacia nesse período atípico, também esteve presente com vários projetos em apoio à comunidade. Poderia comentar um pouco sobre esse papel da entidade?

Neste período atípico, a OAB de Lon-





Conseguimos
nos superar
rapidamente com
excelentes resultados
creditados ao
empenho, união e
compromentimento
da Diretoria,
Conselho,
Comissões e
dos Colaboradores.



drina não relegou os deveres e direitos da cidadania. Realizamos projetos de apoio a comunidades mais carentes e vulneráveis, como a grande Campanha da Fome com as comissões da Subseção, que arrecadou quase duas toneladas de alimentos, levando cestas básicas a comunidades de Londrina e seu entorno, incluindo a população indígena dos Kaingangs da Aldeia Água Branca que estava em situação de miserabilidade. A campanha de inverno, com arrecadação de Agasalho e cobertores, foi um alento à população carente e de rua pelo inverno rigoroso; campanha da Páscoa para crianças; e do Natal, atendeu idosos nos lares e asilos; itens de higiene e absorventes foram arrecadados pelas advogadas e entregues às vítimas de violência doméstica dos abrigos e a presas do 3º Distrito; além das campanhas do "Outubro Rosa", "Novembro Azul", Agosto Lilás e "Violência Doméstica", que deram visibilidade aos cuidados com a vida, saúde e proteção à mulher.

Sobre a conferência estadual, pela primeira vez precisou ser realizada virtualmente. Como a senhora avalia a realização do evento?

A 7ª Conferência Estadual foi realizada em agosto como a mais inovadora na história da OAB-PR, em plataforma digital desenvolvida e impulsionada pelo momento tecnológico da pandemia, transmitida a mais de 12.000 advogados, em 23 painéis de palestras rápidas on-line, com temas da atualidade que gravitaram sobre a transformação e os desafios da nova advocacia. A conferência foi um momento pujante e tive a honra de participar da relatoria de um dos principais painéis - "O Judiciário do amanhã", sob mediação do Presidente da OAB-PR, Cássio Telles, com os presidentes dos Tribunais do Judiciário Estadual, Federal e Trabalhista e Conselheiros do CNJ, tratando dos principais aspectos do novo judiciário.

# Núcleo Jovem já levou diversos casais ao altar

inícius de Moraes, o grande poeta, costumava dizer que para se apaixonar basta estar distraído. Aquela pessoa especial que a maioria de nós procura – e outros nem procuram - pode estar em qualquer lugar. Então, quando menos se espera, sem qualquer pretensão, ela se destaca de alguma forma das demais

e chama nossa atenção! Pronto: mais um coração foi fisgado!

Nem sempre as primeiras impressões se concretizam, e o que parecia amor se revela apenas mais uma relação passageira. Em outras, no entanto, o interesse inicial evolui, se transforma em admiração, carinho, paixão, amor...

A julgar pelos casais que surgiram nos últimos anos nas Comissões da OAB-Londrina, em especial no Núcleo Jovem, o poeta tinha razão. Distraídos em meio a suas atribuições e trabalhos, muitos colegas acabaram encontrando sua cara metade onde menos esperavam: nas reuniões desta comissão.

Foi assim com o casal Lucas Tejada e Bárbara Silva Antonio. Ele conta que conheceu Bárbara na primeira reunião dela no Núcleo Jovem, em 2019, mas que inicialmente não se interessou pela colega.

A nossa reportagem ele confessou que foi meio distraído no início e não percebeu certo interesse que ela sutilmente demonstrava pelas redes sociais. Lucas lembra que Bárbara solicitou amizade no Instagram, mas que ele a deixou "na geladeira" por umas duas semanas, pois pouco a conhecia. Mas, uma vez aceito o convite, começaram as curtidas, os comentários, houve novos encontros em reuniões, até que rolou aquele infalível convite para um café e, bingo! Ambos estavam apaixonados e começaram a namorar. No final de 2020 ficaram noivos e atualmente moram juntos enquanto aguardam o casamento, que deve acontecer assim que a pandemia estiver controlada.





Porém, não é de hoje que o Núcleo Jovem une novos casais. Outra dupla que nasceu por meio do grupo foi Augusto Gozze e Graziella Yumi Ogaki. Augusto foi presidente do Núcleo entre 2010 a 2012. Quando Graziella passou a integrar o grupo, em 2015, ele já não fazia mais parte da comissão, porém ainda tinha muita amizade com os integrantes e ajudava em alguns projetos.

No caso de Augusto e Graziella foi ele quem se empenhou para conquistá-la. Ela lembra que ele até voltou a participar e ajudar muito mais nos projetos do Núcleo Jovem só para poder ficar perto dela. Sempre que havia um pedido de ajuda da Graziella no grupo do Núcleo Jovem, Augusto estava à disposição para atendê-la. "Teve um dia que ele ficou sem almoçar só para me ajudar scanear documentos. Foi uma das primeiras vezes que ficamos sozinhos por maior tempo conversando", relata.

O casal ficou se conhecendo por mais de um ano, até que em julho de 2016 começou a namorar. Graziella permaneceu no Núcleo Jovem até o fim de 2020, ano em que também foi presidente da comissão. Em todos esses anos Augusto esteve ao seu lado na maior parte das atividades. Juntos, eles participaram de diversos projetos e atividades da OAB-Londrina, encontros de jovens advogados, campanhas solidárias, palestras e workshops do Núcleo Jovem, confrarias, festas e bailes. E foi por meio de todos estes eventos que, além de conquistarem um ao outro, o casal consolidou diversas amizades.

Graziella explica que eles têm planos futuros, viagens já compradas - que foram impedidas devido à pandemia - e a intenção de que o relacionamento continue crescendo. "É com muito carinho e grande orgulho que dizemos que foi pelo trabalho em comum na OAB-Londrina e no Núcleo Jovem que criamos diversas amizades, muitas oportunidades de trabalho e a nossa maior conquista: o nosso namoro", diz convicta.

A história não foi diferente com Andressa Canello Machado e Eliezer Machado de Almeida. Eles se conheceram em 2012 durante uma reunião do Núcleo Jovem e, a princípio, tornam-se amigos. Andressa lembra que nos dois primeiros anos de amizade, por diversas vezes, Eliezer a socorreu em assuntos profissionais. "Ele sempre foi muito atencioso, mas foi somente em 2014 que a chave começou a virar, digamos. Após algumas brincadeiras surgiu aquela "pulguinha atrás da orelha", até que rolou o primeiro beijo. Tentamos manter o relacionamento em sigilo, pois não sabíamos se daria certo, mas logo toda a comissão já estava sabendo", revela.

O namoro engatou e em 2016 eles se casaram. Entre os padrinhos estavam amigos que também vieram do Núcleo Jovem. "Sempre dizia nos meus discursos de apresentação da comissão que do Núcleo Jovem já havia saído muitas amizades, sociedades, parceiras e namoros, só faltava um casamento, mas que eu já estava providenciando", conta Andressa entre risos. "Estamos casados há mais de cinco anos e eu tenho uma gratidão imensa por tudo que a OAB-Londrina nos proporcionou, principalmente pela minha família e pelos grandes amigos que fizemos", diz ela.





Atualmente noivos, Renan De Quintal e Drielly Coimbra formam outro casal que se conheceu na comissão do Núcleo Jovem. "Em 2018 eu estava como coordenadora e ele entrou como membro. Começamos a nos aproximar como amigos nos projetos e eventos da comissão. O Renan é muito prestativo, proativo e aí foi chamando minha atenção. Alguns meses depois, no baile do Rubi daquele ano, começamos a namorar. Nosso casamento está marcado para o final deste ano", resume Drielly.

Para ela, essa dinâmica que o Núcleo Jovem tem, de tocar inúmeros projetos, reuniões com convidados e outros eventos, propicia grande interação entre os participantes. "Nessas oportunidades acabamos conhecendo não só o lado profissional, mas também o pessoal dos colegas. As reuniões levam a outros encontros, em barzinhos, restaurantes, e assim o pessoal vai se conhecendo. No meu caso, a aproximação com o Renan foi 100% por conta da participação nos projetos da comissão", garante Drielly.

Apoie crianças e adolescentes com câncer!

Acesse www.ongviver.org.br com

- ongviverlondrina
- ongviver
- ongviver
- 🙏 estouatento.com.br





# Sólida e representativa, Comissão de Direito Agrário e Agronegócio comemora três anos de atuação

Comissão de Direito Agrário e Agronegócio da OAB-Londrina chega ao terceiro ano de sua criação e comemora a representatividade que alcançou ao longo desse período.

Um dos nomes ligados à sua criação é a do advogado Francisco Galli, que já atuava junto à Sociedade Rural do Paraná. A ideia inicial era criar um grupo de advogados ligados à entidade rural para discutir assuntos jurídicos relacionados às suas atividades. Mas a proposta avançou e foi levada para a OAB-Londrina, que a acolheu prontamente, com o envolvimento dos advogados Augusto Gozze e Luis Guilherme Cassarotti. A advogada Rafaela Parra, que também despontava com sua atuação na área, foi convidada e aceitou o convite para fazer parte do grupo. Pronto, o núcleo inicial estava formado.

"Nossa região sempre esteve ligada ao agro, é a nossa vocação. Possuímos um número enorme de produtores rurais, de empresas e co-operativas que são referência nacional e internacional, além de sediarmos a Sociedade Rural do Paraná e órgãos públicos como o IDR-PR e a Embrapa Soja. Nada mais justo e coerente do que aproveitar esse cenário para garantir a capacitação dos advogados na área e apresentar o ramo para os recém-formados", analisa Galli.

Segundo ele, a comissão possibilita que as necessidades jurídicas dos atores do agronegócio sejam atendidas localmente e, ao mesmo tempo, coloca a região Norte do Paraná, não só como referência do agronegócio, mas também como referência do jurídico voltado ao setor.

Criada no campo, a advogada Rafaela Parra se declara apaixonada pelo Direito, mas confessa que seus olhos sempre brilharam para temas do Direito Ambiental, Agrário e Empresarial. "Quando me formei, senti a necessidade de aproximar minha advocacia dessas áreas", comenta. E ao trabalhar com as questões voltadas ao agronegócio, sentiu a necessidade de dialogar com colegas e levar novas contribuições para jovens advogados e para a sociedade. "Por isso surgiu o desejo de criar uma comissão especializada na OAB-Londrina e aceitei o convite do amigo Francisco Galli para o novo desafio", diz ela.

De lá para cá a Comissão ganhou visibilidade, arrebanhou novos profissionais para se juntarem à iniciativa, se aproximou de outras comissões no interior do Paraná e desenvolveu uma forte atuação com a Comissão da Seccional, presidida pelo experiente advogado do setor do agronegócio, Carlos Araúz.



Parra, Galli, Gabriel Placha, OABPR, e Ciciliato, no I AgroTalks, realizado em abril de 2019, na SRP. Na ocasião, os 3 advogados londrinense foram nomeados membros da CDAA



Confraternização da Comissão

# **VOCAÇÃO PARA O AGRO**

O advogado Rodolfo Ciciliato, hoje coordenador da comissão, destaca que assumir a coordenação e dar sequência ao trabalho iniciado se mostrou um desafio. "Mas procuramos manter as bases estabelecidas: trabalho sério, difusão do conhecimento para a advocacia e amizade entre os membros. Neste sentido, procuramos manter a comissão extremamente ativa e com um clima de grande amizade entre seus membros".

Com o apoio e ajuda da diretoria da Subseção, a comissão, diz ele, conseguiu realizar muitas coisas ao longo desses três anos. "Hoje, a Comissão de Direito Agrário e Agronegócio da OAB/Londrina realiza um trabalho de excelência, com reconhecimento em âmbito nacional pela seriedade das discussões pautadas. Isso eleva o nome de nossa Subseção e reforça a vocação de Londrina para o Agronegócio brasileiro. Não só pela vocação agrícola e agroindustrial em si, mas também pelo elevado nível da advocacia especializada em demandas agrárias e do agronegócio", sustenta.

# APOIO DA DIRETORIA E DA ADVOCACIA REGIONAL

Segundo Ciciliato, um fator relevante para que a Comissão pudesse se fortalecer rapidamente foi o apoio irrestrito dado pela Diretoria da OAB/Londrina, bem como o apoio da advocacia local.

"Há um ponto crucial para o fortalecimento de nossa comissão: o apoio da OAB e da advocacia londrinense. Desde os primeiros momentos de 2019 tivemos total apoio da Diretoria de nossa subseção para a realização das ideias propostas. A Dra. Vânia Queiroz e todos os demais membros da diretoria, sem exceção, estiveram ao nosso lado e em nosso apoio sempre que precisamos".

Além disso, destaca ele, a recepção por parte da advocacia local foi essencial. "Advogados tradicionais na cidade participaram ativamente de nossas atividades, fortalecendo ainda mais o trabalho realizado. E, da junção de inúmeras gerações de advogados londrinenses, construímos bases sólidas para o bom trabalho."

## TROCA DE CONHECIMENTO

Atual vice-coordenadora da Comissão de Direito Agrário, Juliana Torres Milani, credita o sucesso do grupo ao empenho e dedicação de cada um dos membros. Para ela, a comissão possibilita descobertas e troca de conhecimentos entre os advogados, ao mesmo tempo que destaca a importância da atuação jurídica para o agronegócio.

A advogada, professora da UEL e coordenadora científica da Comissão, Letícia Baddauy, destaca o elevado nível das discussões práticas, mas também acadêmicas, realizadas ao longo destes três anos, bem como outras importantes pautas que permeiam o trabalho realizado.

A atual coordenação teve a preocupação em instituir um importante diálogo entre o lado eminentemente prático da advocacia e a pesquisa e produção acadêmica, que fornecem subsídios para a atuação de excelência das advogadas e advogados. Assim, assumi a coordenação científica da Comissão, tendo tido a oportunidade de criar o AgroTalks, uma iniciativa bem sucedida, que gera transmissão de conhecimento sólido, em formato leve, aos players do agronegócio. Outro ponto de destaque é nosso firme compromisso com a equidade de gênero em nossos trabalhos e iniciativas"

# **CONGRESSOS**

Entre os eventos de maior evidência e sucesso, organizados pela Comissão de Direito Agrário e Agronegócio, estão as duas edições do Congresso Paranaense de Direito do Agronegócio. Na segunda edição, em 2020, foram realizadas mais de 36 palestras on-line em três dias de evento.

Também durante o II Congresso a Comissão promoveu um Encontro Científico, no qual acadêmicos de Direito foram chamados para escrever sobre os temas. "Com essa iniciativa trouxemos para o evento esse viés da juventude, da academia, para que eles começassem a refletir sobre o contexto do agronegócio. Com base nesse e em outros materiais, vamos lançar em breve um livro com o fechamento desses três anos de atuação da Comissão", conta Juliana Milani.

Em breve, a comissão divulgará o calendário completo de eventos para comemorar os três anos de trabalho, mas já antecipa que o III Congresso Paranaense de Direito e Agronegócio ocorrerá nos dias 30/11 e 01, 02 e 03/12, em formato online.

# **OAB-LONDRINA DISCUTE** urna eletrônica e voto impresso

um momento em que o Brasil voltava os olhos para o debate sobre a volta do voto impresso, a OAB-Londrina realizou o webinar ""Urna Eletrônica e voto impresso: histórico, avanço e retrocessos", evento proposto pela comissão de Direito Político e Eleitoral da casa, coordenada pelo advogado Alexandre Guimarães Melatti.

Quatro temas foram abordados por especialistas: "A história da urna eletrônica no Brasil e mecanismos de segurança do procedimento", com Carla Panza Bretas, analista judiciário do TRE-PR; "Prática do voto eletrônico nas últimas eleições municipais de 2020: denúncias de fraude?", com Jordan Rogatte de Moura, advogado e ex-procurador do município de Ibiporã; "Democracia no Brasil antes e

ta da comissão das Mulheres Advogadas e membro da comissão de Direito Eleitoral da OAB-PR; e "PL 125: adoção do voto impresso nas eleições de 2022?", com Guilherme de Salles Goncalves, ex-presidente e membro fundador do Iprade (Instituto Paranaense de Direito Eleitoral) e membro do Ibrade (Instituto

depois do voto eletrônico: avanços e retrocessos", com Emma Roberta Palú Bueno, secretária adjun-

JUSTIÇA

Brasileiro de Direito Eleitoral).

Carla Bretas defendeu o sigilo do voto para a manutenção e avanço da democracia e também a participação efetiva das instituições para o controle do processo. Ela lembrou que já foram várias as tentativas de retorno de voto impresso, mas sempre derrotadas, destacou que existem mais de 30 barreiras de segurança nas urnas

> eletrônicas e que nunca foram encontradas fraudes no processo.

> Jordan Rogatte também defendeu a licitude das urnas eletrônicas e destacou a ineficácia do voto impresso."O sigilo a votação vem, justamente, para garantir a liberdade de escolha do eleitor. O voto impresso ofende o sigilo do voto e por isso o considero inconstitucional", comentou.

> Para Ema Bueno, o Brasil tem o me-Ihor sistema eleitoral do mundo. "Usa-

mos a urna eletrônica desde 1996 e, ao contrário das fake news, nunca houve de fato nenhum caso de fraude comprovado em relação à votação e apuração eletrônicas. Além disso, conseguimos saber dos resultados em poucas horas após o final da votação, o que confere alta celeridade ao atual sistema eleitoral do país", avaliou.

# **PEC 135**

Guilherme de Salles Gonçalves finalizou a programação de dois dias (26 e 27 de julho). Ele iniciou sua fala argumentando que a apresentação da PEC 135 é evidentemente insincera. "Não podemos cair na armadilha de entender que ele tenha alguma coisa a ver com a melhora da democracia, com um sistema mais seguro do voto eletrônico. Ela é efetivamente uma PEC destinada a criar confusão no sistema eleitoral brasileiro, com uma tentativa de justificar uma derrota do grupo político que hoje se encontra no poder ou de criar algum tipo de confusão", disse.

De acordo com Gonçalves, para analisar a PEC 135, em primeiro lugar, é preciso analisar qual é sua inserção histórica. "Essa PEC foi inventada e gestada como meio de ataque à consolidação das instituições democráticas, para produzir 'golpe soft', que já assistimos em outros países, como Hungria, Turquia, Filipinas e tentou-se fazer nos Estados Unidos", destacou.

Ele esclareceu que a tática de ataque desses grupos se dá por meio de milícias digitais hiper-radicais e de uma difusão absoluta e incontrolável de fake news. "Essa estratégia tende a produzir um ataque, um questionamento, a tudo que não seja aquela parcela que está ou já esteve integrada numa visão da democracia, e que hoje se sente ameaçada por tudo aquilo que eles não entendem. Não é à toa que o discurso autoritário e liberal que vitima a Hungria, que está lá na Polônia, na Turquia, no Brasil e nas Filipinas, tem a mesma origem: é um discurso produzido para o cidadão de bem, que em regra é a classe média branca, que se assusta diante da globalização e que perdeu seus empregos tradicionais na indústria".

O advogado defendeu que, em resumo, o debate da PEC 135 pode ser traduzido na exata palavra do ministro Luís Roberto Barroso: "o voto impresso é uma falsa solução para um problema que não existe".



# Evento é reconhecido como um salto de modernidade

7º Conferência da Advocacia Paranaense foi realizada entre os dias 11 e 13 de agosto e entrou para a história como o maior evento da OAB Paraná. Com mais de 12 mil inscritos, a grandiosidade está não apenas nos números, mas no modelo inovador marcante para quem assistiu ao evento, transmitido em uma plataforma específica. O formato de transmissão refletiu o grande tema dos debates: Inovação e transformação — os desafios da nova advocacia.

"Foi, sem dúvida, um evento grandioso, marcante e que consagrou a OAB-PR como entidade inovadora e capaz de responder rapidamente aos desafios impostos com muita criatividade", avaliou a presidente da OAB-Londrina, Vânia Queiroz, presente ao evento como participante e como Relatora. Em painel "O Judiciário do amanhã" realizado no dia 13 de agosto. Sobre Ela ressaltou



CAIXA VSICOOB SAPREV MAG Bonnjur Calegor Emiliano Otto K KARPHERO SE SANGMA

não só o aspecto tecnológico do evento, mas também todas as discussões propostas e que foram bastante profundas, provocando reflexões para a advocacia diante de um mundo que evolui rapidamente, impondo mudanças e desafios aos operadores do Direito com a necessidade de um novo olhar para o Judiciário do futuro".

O evento contou com ampla programação. Foram 23 painéis, 60 subtemas e 130 convidados. Uma novidade da programação foi o OAB Talks, que consistia em palestras rápidas de até 15 minutos, em cenário inovador, que possibilitavam insights e conexão com temas que são destaque na atualidade.

# Da Conferência, tiraram essa Carta de Curitiba pela qual:

Destacam que a sociedade e o Direito devem estar preparados para os irreversíveis avanços tecnológicos, mas permanentemente atentos aos riscos aos direitos fundamentais;

Enfatizam que os avanços tecnológicos devem estar a serviço da erradicação da discriminação e da eliminação da intolerância;

Reiteram o papel da sociedade e da advocacia no combate à corrupção;

Reafirmam que o aumento da tributação não é fórmula única para a solução de crises estruturais e conjunturais;

Manifestam-se no sentido da urgente implementação de instrumentos de eficiência na gestão pública, incrementando o uso adequado da tecnologia e da inteligência artificial;

Entendem que as instituições estatais não podem reproduzir estereótipos estruturais, antes devem envidar esforços para reduzir todas as desigualdades sociais, raciais e de gênero;

Pugnam pela efetiva implementação do juízo de garantias;

Cobram dos Tribunais investimentos para o fortalecimento da primeira instância, local do acesso primário do cidadão à Justiça;

Advertem para a necessidade de inclusão dos critérios ambientais nas políticas públicas;

Protestam contra a proliferação de cursos jurídicos sem qualidade;

Reafirmam a imprescindibilidade do Exame de Ordem;

Exigem rigorosa observância das prerrogativas fixadas no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil;

Reconhecem que o futuro da advocacia demanda o dimensionamento do impacto das novas tecnologias e da inteligência artificial para as profissões jurídicas e para a sociedade, em equilíbrio com as demandas de sustentabilidade e desenvolvimento;

Conclamam a sociedade brasileira para a necessidade de fortalecimento

do Estado Democrático de Direito;

Afirmam que as Instituições democráticas não podem ser instrumentalizadas para atacar a própria Democracia;

Alertam para o risco de corrosão da Democracia pelo populismo autoritário e pelo constitucionalismo abusivo;

Reconhecem que a flexibilização das garantias individuais e coletivas fragiliza o Estado constitucional;

Defendem, acima de tudo, que o irrestrito cumprimento da Constituição da República é o único meio legítimo de assegurar a realização efetiva da Democracia;

Inovação e transformação são desafios deste tempo que reafirmam a inviolabilidade e a essencialidade da advocacia atual e do futuro

Curitiba, 13 de agosto de 2021 - OAB-PR.





MELHORE SUA COMUNICAÇÃO COM SEUS CLIENTES.

Oferecendo mais profissionalismo e credibilidade ao seu escritório!

ATRAVÉS DO CONVÊNIO



Valores a partir de

90 Mensais

SOLICITE ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO:

www.juris.marketing



(41) 9.9178.9213



(41) 3668.8127



COMERCIAL@JURIS.MARKETING





# Varizes

Saudações a todos!
Causada por um aumento na pressão venosa, principalmente nos membros inferiores, as varizes podem ocorrer devido a uma obstrução do fluxo sanguíneo ou ao seu refluxo, causado por incompetência no sistema de válvulas, levando a dilatação e tortuosidade das veias. Não devem ser confundidas

Muitas vezes tida apenas como um problema estético, acaba sendo pouco valorizada pelos pacientes e sub-diagnosticada pelos médicos, à não ser que cause dor, desconforto, edema ou muitas vezes referida como uma sensação de cansaço nas pernas.

com as veias não dilatadas, apenas aparentes,

comuns em pessoas de pele mais fina.

Cada vez mais frequente em nosso meio,

estima-se que até 20% dos homens e 35% das mulheres adultas podem sofrer deste mal, em maior ou menor intensidade. Na maioria das vezes é de origem familiar, não sendo identificado fatores causais, como trombose, flebites ou outras doenças venosas subjacentes.

Calor, obesidade, sedentarismo, tabagismo, gestação, uso de anticoncepcional e período prémenstrual, muito tempo em posição ortostática (em pé ou sentado) podem agravar o quadro.

Podendo ser classificada em diversos níveis de gravidade, desde telangiectasias superficiais (popularmente chamadas de varicoses) até casos mais graves, podendo vir acompanhada de dor importante, edema e até episódios de tromboflebites superficiais e úlceras varicosas, exigindo intervenções médicas frequentes e até trata-



mentos cirúrgicos.

Normalmente apenas o exame físico já é suficiente para o diagnóstico e a decisão terapêutica, mas em determinados casos (principalmente nos mais graves, com possível necessidade de correção cirúrgica), o doppler venoso é o exame de escolha.

# Em relação ao tratamento, vamos iniciar com a prevenção:

Devido à alta incidência na população adulta, o aconselhamento serve para todos nós: Não fumar, controle da obesidade, alimentação saudável e atividades físicas frequentes são essenciais.

Pessoas predispostas, que trabalham sentadas ou em pé, podem fazer uso preventivo de meias elásticas, pelo menos durante um determinado período do dia. As meias funcionam aumentando a pressão nas veias superficiais, não permitindo que haja o refluxo do sangue de veias mais profundas e calibrosas, evitando assim a sua dilatação. Movimentar os pés com frequência, contraindo as panturrilhas, também contribui com o retorno venoso (nestes casos, apelidamos a panturrilha de "coração da perna");

O repouso intermitente com as pernas elevadas (5 minutos a cada 2 horas por exemplo)

também pode ser útil, melhorando a circulação e promovendo alívio dos sintomas.

Casos iniciais, com as chamadas varicoses, podem ser tratados com esclerose, ou seja, injetando substâncias diversas que promovem a "secagem" destas veias e seu posterior desaparecimento. Nestes casos, também as meias são essências.

Todos os casos podem se beneficiar do uso de medicamentos chamados "flebotônicos", que ajudam a tonificar estas veias, evitando parcialmente sua dilatação.

Casos de maior gravidade, devem ser tratados cirurgicamente, com a retirada total ou parcial das varizes e de eventuais úlceras, definida após a realização dos exames de imagem solicitados pelo médico assistente.

Devemos nos lembrar que as varizes são apenas retiradas na cirurgia, e não substituídas por

veias novas. O sangue fluirá por outras veias "substitutas", que se não forem "bem tratadas", se tornarão varizes em breve, necessitando de nova cirurgia. Por isso, o uso de meias elásticas é essencial, inclusive nos casos cirúrgicos.

E mesmo vacinados, continuem se cuidando, que a luz no final do túnel já está visível, mas o problema ainda não acabou!!!

Abraços e até o próximo mês!

Rui Cépil Diniz - Médico de Família e Comunidade –CAAPR Londrina. Para marcar sua consulta com o médico de família ligue para: (43) 3374-8300.

Fonte principal de consulta: Gusso, Gustavo; Lopes, José Mauro Ceratti. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: Princípios, Formação e Prática - 2 Volumes (p. 1300). Edição do Kindle.



